

No final do ciclo, a burguesia ocupava todos os postos políticos ou económicos: a Revolução Francesa foi o seu triunfo e tornou-se exemplo para a Europa continental.

3. “A revolução das antecipações” – o legado das revoluções liberais.

Herdeira do pensamento racionalista e ilustrado dos séculos XVII e XVIII, a revolução francesa representou a vitória das ideias que estão na base das conceções políticas contemporâneas

Chamada “revolução das antecipações”, ensaiou, antes de reunidas as condições económicas e sociais necessárias, os regimes políticos referidos, na busca de concretização dos ideais de 1789 (**Doc. 13**).

A mesma ambição esteve presente nas revoluções liberais e democráticas ao longo do século XIX e, ainda, na revolução soviética de 1917. Em todas presidiu a esperança de que à revolução da Liberdade se juntasse a revolução da Igualdade.

Contudo, apesar das limitações, os princípios e as práticas das revoluções francesa e norte-americana constituíram-se como marcos civilizacionais incontestáveis. Justificados pelo direito natural, afirmaram os direitos do homem – a igualdade perante a lei, as liberdades individuais de consciência e de culto, o direito à propriedade – e os do cidadão, que dizem respeito aos direitos políticos.

São hoje consensuais os princípios de soberania nacional e de contrato social, traduzidos no direito dos povos disporem de si mesmos e de se constituírem politicamente como **estado-nação**; as noções de constituição, de divisão de poderes e de representação; a evidência do enfraquecimento da religião e do fortalecimento da **secularização** da sociedade. Mesmo a reflexão que foi feita sobre o fenómeno revolucionário, nomeadamente sobre a violência que sempre o acompanha, encontrou na Revolução Francesa o caso exemplar.

No campo da atividade política, permaneceu o sistema eleitoral e o vocabulário fixado na época (opinião pública, partido, sufrágio, direita/esquerda, maioria/minoria, convenção). No plano jurídico foi instituído um novo ordenamento inscrito em códigos civis e penais que regularam o direito dos indivíduos, das famílias e da sociedade. No ponto de vista social, cerca de 1825, a burguesia ocupava a generalidade dos postos políticos e dominava a economia.

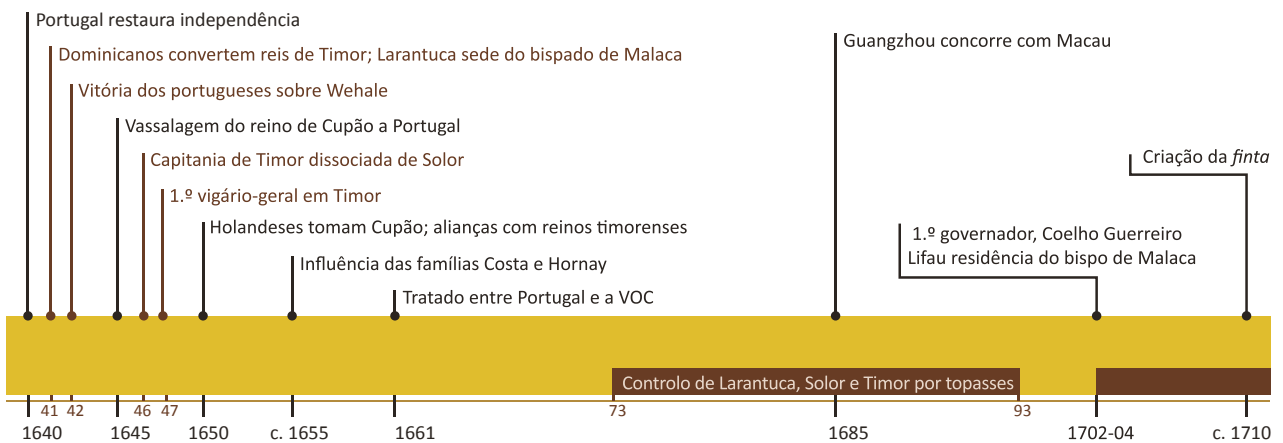


↑ **DOC. 13**
Lema da Revolução Francesa

UNIDADE TEMÁTICA 4

4

OCIDENTE E ORIENTE EM PRESENÇA
(de cerca de 1650 a cerca de 1825)



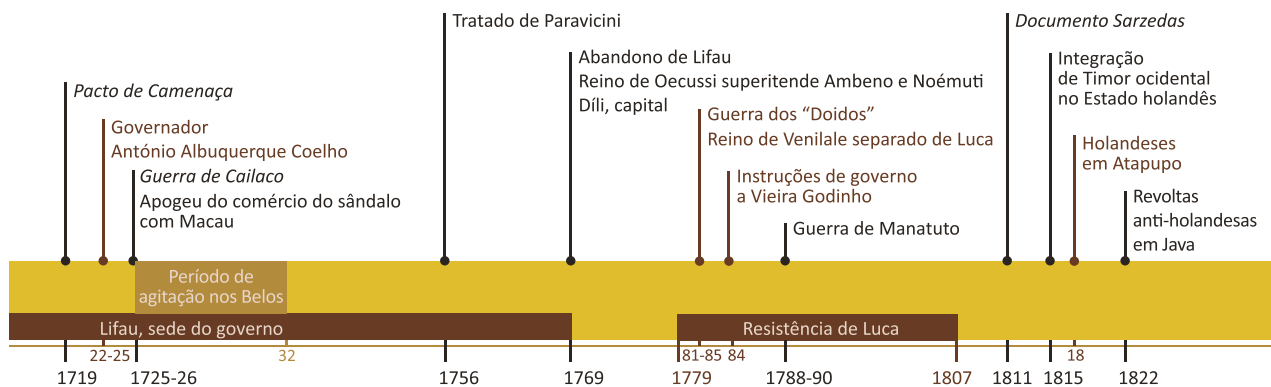
Timor Leste da segunda metade do século XVII ao início do século XIX



METAS DE APRENDIZAGEM

O aluno:

- Interpreta o conteúdo de documentos relativos aos assuntos em análise.
- Localiza, no tempo e no espaço, os eventos estudados.
- Avalia a precariedade da influência portuguesa na Ásia de Sudeste, nos séculos XVII e XVIII.
- Analisa as características organizativas da Ásia do Sudeste, potenciadoras de conflitos frequentes com os potentados locais e com os rivais europeus e muçulmanos.
- Interpreta a nomeação de governadores para Timor, pela Coroa portuguesa, como vontade de afirmação de soberania sobre o território e sobre a Igreja.
- Explica o significado da investidura das autoridades superiores timorenses pelo governador português.
- Relaciona as reformas político-administrativas e financeiras de 1785 com o objetivo de controlo das finanças e de desenvolvimento económico.
- Identifica os condicionalismos que justificaram os projetos de reforma do 1.º quartel do século XIX.



Timor Leste da segunda metade do século XVII ao início do século XIX

DOC. 1 →
Reinos timorenses em 1659

Atividade

Observando o mapa de Timor, elaborado em 1659 por um cartógrafo português, avalia o grau de conhecimento que os portugueses tinham sobre a região.

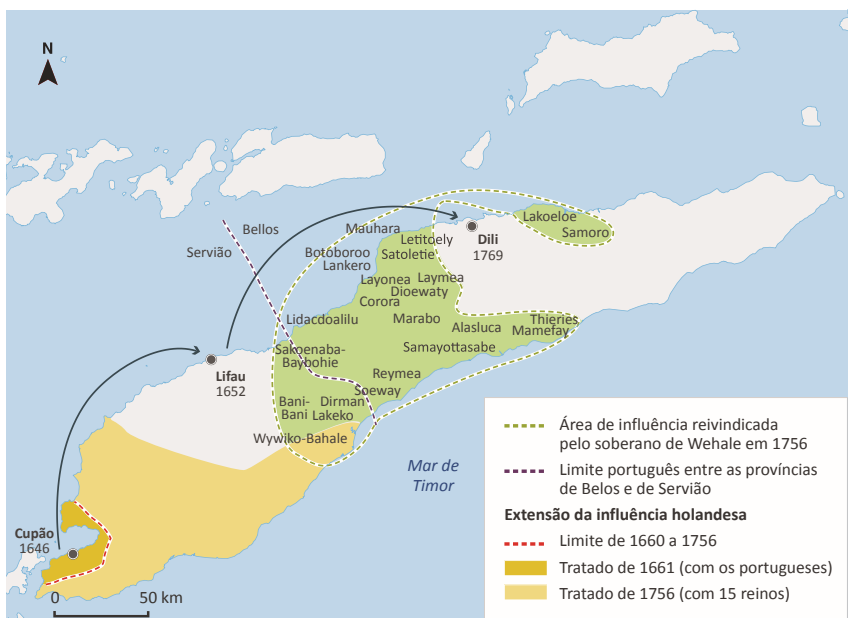


1. Timor, dos reinos vassallos ao “protetorado” colonial – linhas de continuidade

Como já estudaste, foi tardio o estabelecimento dos portugueses em Timor. Quando conquistaram Malaca, a ilha participava modestamente no rico comércio regional. Os mercadores aportavam a Timor, apenas de passagem, para recolherem o sândalo; para estadia prolongada, preferiam as ilhas de Solor e das Flores. Contudo, no século XVII, em articulação com Macau, a participação da ilha na rede comercial do império português tornou-se mais significativa. Do mesmo modo, passou a ocupar um lugar mais destacado nos circuitos do Oriente, dominados por mercadores muçulmanos e chineses.

Como também aprendeste, verificou-se no arquipélago um tipo de administração eclesiástica que foi única no quadro da colonização portuguesa. Foram os dominicanos que, a partir da segunda metade do século XVI, lançaram no território bases administrativas e militares. Perante a demissão das autoridades do “Estado da Índia”, envolveram-se na governação, superintenderam na política económica, estabeleceram alianças com os chefes locais e empenharam-se na ação missionária de cristianização.

A organização político-social que os dominicanos encontraram em Timor, era comparável à que no Ocidente se chamou feudal, e que também vigorou na China e entre muitos outros povos. Era um regime assente na fragmentação do território (Doc. 1) e do poder e antecedeu o aparecimento do Estado propriamente dito.



← DOC. 2

Área de influência do antigo império Wehale em 1756

Atividades

1. Refere características da organização política de Timor documentadas no mapa 2. Explica o movimento indicado pelas setas exteriores à ilha e o que representam os pontos geográficos para que elas apontam.
3. Indica o que significa politicamente a assinatura de tratados como o referido de 1756.

Os europeus encontraram um sistema de chefaturas hierarquizadas em quatro níveis. A mais elementar, a povoação (em tetum, *cnua*) tinha um chefe oriundo da pequena nobreza dos *timungões*; o agrupamento de *cnua* constituía o *suku*, a unidade fundamental da organização social timorense. Englobava um conjunto de povoações sob a autoridade de um nobre, o *dato*. Por sua vez, vários sucus formavam reinos com os seus *liurais* (mais tarde designado régulos, pelos portugueses). O quarto nível sociopolítico era ocupado pelo imperador dos Belos, o *Marômac Oan* (Filho de Deus) com funções rituais e poderes meramente honoríficos sobre liurais, independentes mas unidos numa confederação (Doc.2). Em 1642, depois da batalha de Wehale, os portugueses associaram o prestígio do daquele à soberania da Coroa de Portugal. Contudo, mantinha-se a organização político-administrativa e social ancestral de Timor e a preeminência portuguesa era em parte honorífica. Por seu lado, a superioridade de Wehale era sobretudo ritual. Assim, no século XVIII, por ocasião da assinatura de um tratado entre a VOC e 15 reinos de Servião, Wehale assumiu extensa zona do centro da ilha como sua área de influência. O agrupamento dos reinos de Timor oriental tinha o seu correspondente na parte ocidental da ilha, com o *Senobai*, o imperador do Servião.

Os Belos caracterizavam-se pela grande divisão política e pela diversidade linguística, embora com uma língua veicular, o tétum: na metade do Servião, o número de reinos era menor, mais auto-suficiente, e predominava uma única língua, o baiqueno, que os holandeses designavam de *timoreesch*.

A sucessão nos reinos fazia-se maioritariamente por linha masculina, mas sem obrigatoriedade de primogenitura. Obedecia a um regime semi-hereditário e semi-eletivo, em que os dados intervinham na indicação do sucessor.

DOC. 3 →
Cumprimentos finais de carta de liurai
para o rei de Portugal

“

Deus a Vossa Real Majestade guarde para amparo deste Oriente.

Timor em 5 de maio de 1703, de Vossa Real Majestade
Mínimo Soldado Domingos da Costa

Atividade

Justificar os termos de cortesia utilizados na carta enviada ao rei de Portugal.

Nesta sociedade aristocrática subsistiam, em algumas zonas, linhagens nobres, os *loros* (significa sol). Esta nobreza vinha de uma fase de organização teocrática anterior ao domínio dos dados Belos, e mantinha na sociedade timorense um papel cerimonial e simbólico.

Fora destes grupos dominantes, situava-se o povo comum. Era referido pela designação pejorativa de *cuda-reinu*, “cavalos do reino”, o que acentuava o caráter inferior da sua condição social. Abaixo encontravam-se os escravos, encarados como membros da família, os *ôan-cáruc* ou “filhos da mão esquerda”. Podiam, com facilidade, ser libertados e ocupar qualquer lugar na sociedade, à exceção de liurai. Entre os escravos, havia os cativos de guerra, os *ulun-bouris* ou cabeças vivas”, e os *lutu-bun*, ou “espeques da sebe”. Estes eram propriedade privada e objeto de tráfico; os primeiros, eram pertença do reino e não podiam abandoná-lo. Logo, estava proibida a sua venda aos não naturais. Tinham um estatuto mais conotado com a servidão, bem diferente das práticas dos traficantes holandeses, que se tornaram detestados.

Os dominicanos depararam também com uma intensa atividade bélica. Os frades trouxeram as armas de fogo e aumentaram a capacidade defensiva das povoações com a construção de fortes e a melhoria das antigas tranqueiras. A organização militar tradicional dos timorenses manteve-se, mas os religiosos escolhiam os capitães-mores a quem confiavam a defesa de agressões exteriores. Os capitães-mores seguiram o percurso dos dominicanos, de Solor às Flores e destas a Timor. Em meados do século XVII, o governo de Goa chamou a si a nomeação destes.

Desta fase de domínio eclesiástico, o ato mais significativo para as relações políticas futuras entre os reinos timorenses e o reino de Portugal, foi a fixação de Frei António de S. Jacinto em Cupão, em Timor ocidental. A conversão e o batismo dos respetivos reis possibilitaram a assinatura, em 1645, do primeiro termo de vassalagem a Portugal. A troca de proteção e amparo, os agora chamados D. Duarte e D. Mariana, autorizaram a construção de uma fortaleza, uma igreja e casas para moradores. Comprometiam-se também a fornecer-lhes mantimentos e a proibir a entrada nos seus portos a quaisquer outros povos.

Estabeleceu-se, assim, um pacto de suserania, repetido durante séculos por outros reis, que, em pouco mais de cinquenta anos, evoluiu no sentido de



← DOC. 4

Praia de Lifau

1. Reduto que vai da ponta da praia até ao guno onde corre a trincheira, que se guarnece com 4 peças de artilharia e 40 espingardas
 2. Quartel de soldados
 5. Várzea cheia de mato
 10. Fortaleza
 16. Soco que faz a praia
 17. Ermida de Sto. António
 18. Hospital
 19. Casas em que mora o governador
 21. Várzea de palmares e terrenos de sementeira
- (adaptado)

um quase **protetorado** ou protetorado colonial (**Doc. 3**). Esta é uma forma de tutela de um Estado protetor sobre um protegido e a que alguns preferiram chamar de “administração indireta”.

A analogia com um protetorado diferencia Timor das formas comuns de dominação colonial. A tradição de os chefes convertidos se declararem vassallos dos reis de Portugal não significou, de facto, mais do que uma vassalagem simbólica (**Doc. 3**), mesmo por que não havia nenhuma autoridade portuguesa permanente em Timor.

Neste período, que se estendeu até à nomeação pela Coroa portuguesa de um governador, os capitães-mores que asseguraram a defesa do território e resistiram aos ataques holandeses foram, muitas vezes, *topasses*. Também se lhes chamou larantuqueiros e “portugueses pretos”.

Viajantes estrangeiros assinalaram a predominância no território destes *topasses*, mestiços euroasiáticos, cristãos e de língua portuguesa; portugueses da Europa eram raros. Na realidade, pode dizer-se que, mesmo o cargo de capitão-mor, foi ocupado, alternadamente, por duas famílias de *topasses*, os Costa e os Hornay que, em meados do século XVII, tinham vindo de Larantuca para Cupão. Mais tarde, quando os holandeses ocuparam Cupão, os portugueses fixaram-se em Lifau, na costa noroeste (**Doc.4**). Bom porto, salubre, com boa água e com defesas naturais apreciáveis tornou-se, então, residência dos capitães-mores e um centro importante dos negócios portugueses e do comércio do sândalo. Capitães e negociantes *topasses* dominavam as sociedades da costa e procuravam impedir interferências vindas de Goa ou de Macau.

No entanto, desde finais da década de 1690, começou a haver a intenção de substituir os capitães locais por um governador, nomeado pelo poder central.

Atividade

Atendendo ao documento, indica razões que justificaram a escolha de Lifau para sede do governo.

“

Quis [eu, Coelho Guerreiro] logo dar-lhe [a **Domingos da Costa**] resposta com fogo; porém os padres [...] parecendo-lhes que as coisas se poderiam ainda compor, se me deitaram aos pés pedindo-me que suspendesse a peleja porque queriam ir fazer um apelo a todo o povo [...]. Eu condescendi [...] dizendo-lhe que os avisassem de que ainda estavam a tempo de gozarem de perdão se se arrependessem. No caso que quisessem aproveitar e mostrar obediência, que os frades me fizessem sinal com um lenço branco [...]. Se a diligência não tivesse efeito, que se tornassem a recolher ao navio, ou fossem para o seu convento [...]. Saíram do navio, e chegaram aonde o povo estava com Domingos da Costa; porém um pouco depois retiraram-se caminhando para o seu convento.

Carta do governador Coelho Guerreiro, ao vice-rei da Índia
(adaptado) Timor, 1702

DOC. 5 ↑
Embate entre as autoridades de Timor
e o governador português

2. O regime de governo-geral e a afirmação do poder do Estado

2.1. A criação do Governo-Geral

Domingos da Costa
Membro da casa de Camenaça.

Atividade

Qual foi a resposta do povo amotinado ao pedido dos padres?

Aconteceu que a expansão holandesa e calvinista alarmara de tal modo o Senado e os comerciantes macaenses que foi sugerido a Goa um governador para Timor. Macau não confiava nos capitães topasses e receava que a instabilidade no Servião afetasse o importantíssimo comércio do sândalo. Desde a perda de Malaca que Macau obtivera o monopólio deste comércio, tendo sido a concessão reforçada em 1689. Em contrapartida da exclusividade do comércio, a cidade obrigava-se a realizar uma viagem anual do “barco das vias”, que abastecia Timor dos produtos que precisava.

Depois de duas tentativas fracassadas, em 1701, o rei de Portugal, D. Pedro II (1648-1706), nomeou um governador, responsável pela condução dos negócios político-administrativos de Timor e Solor. No plano jurídico, Timor era para Portugal uma capitania-geral integrada no Estado da Índia. Era Goa que traçava as diretrizes políticas aos governadores, que passou a nomear.

Os governadores não tiveram tarefa fácil (**Doc.5**). Os religiosos respeitavam a identidade dos reinos e as suas práticas sociais captavam melhor a simpatia dos povos, enquanto que os governadores tiveram de ultrapassar maior número de fatores adversos. Esses fatores eram: o da distância relativamente às sedes dos poderes que os tutelavam (Lisboa e Goa); o da rivalidade com os religiosos; o dos encargos fiscais mais pesados para os reinos. A imposição de tributos era um sinal de submissão dos reinos à soberania portuguesa que provocava a revolta da aristocracia timorense e incentivava a sua própria conflitualidade interna.

“

[Assim que finalizou a solenidade da festa religiosa] mandei ler a minha carta-patente e fiz uma fala a todo aquele povo que se achou presente a este ato, em que lhe disse como Sua Majestade e Vossa Excelência me mandavam governar estas ilhas, para as pacificar, e para pôr em sossego e tranquilidade as alterações, roubos e insultos que de há muito se experimentavam nelas.

Carta de Coelho Guerreiro (adaptada)

Ao chegar, em 1702, António Coelho Guerreiro, o primeiro governador, encontrou pelo menos 17 reis e outros chefes militares com nome cristão e sobrenome português, o que pressupunha serem vassallos do rei de Portugal. No fim da comissão de três anos, apesar do enorme esforço desenvolvido e da qualidade da obra encetada, Domingos Costa levou o governador a fugir para Goa. Na década de 1760, numa situação semelhante, outro governador, Teles de Meneses, pressionado pelas forças de Francisco Hornay, foi obrigado a transferir a capital para a zona oriental de Timor, aí fundando a cidade de Díli.

Pelos exemplos, se vê a posição ingrata dos governadores de Timor, que não os estimulou a pedirem um segundo triénio no cargo. Durante décadas, ora Hornays ora Costas (**Doc. 5**), com liurais aliados e, por vezes, a conivência dos religiosos, combateram o governo-geral. Contudo, num balanço sobre a ação dos primeiros governadores pode atribuir-se-lhes a origem do compromisso firmado entre as instituições lusas e as tradições nativas que perdurou no tempo, apesar das dificuldades.

2.2. A organização da estrutura político-administrativa de Timor no século XVIII

António Coelho Guerreiro, o 1.º governador de Timor, estabeleceu a sede do governo em Lifau e aí tomou posse do cargo (**Doc. 6**). Foi empossado por Frei Manuel de Santo António que, pela mesma data, foi elevado à dignidade de bispo de Malaca, com residência igualmente em Lifau. A Coelho Guerreiro se deve, além de tentativas de entendimento com os holandeses, o início da organização civil, militar e judicial, da soberania portuguesa em Timor.

No plano político-militar, a estruturação a que procedeu assentou na organização da “companhias de moradores”, tropas de 2.ª linha, constituídas por timorenses. Não recebiam pagamento e eram comandadas por um chefe local. Forneciam também auxiliares, para serviço do governo e trabalho em obras públicas. As autoridades tradicionais continuavam a ser os elementos de ligação entre a sociedade nativa e a administração portuguesa e só elas tinham contacto direto com as populações locais sobre as quais reinavam.

↑ DOC. 6

Tomada de posse do 1.º Governador de Timor, em 1702

Atividade

Indica o objetivo do discurso do governador.

“

O imperador Senobai veio-me visitar junto com o Amacono, que é o governador do seu reino, [...] aos quais recebi com a minha infantaria formada e cortesias militares, exceto o abater-se-lhe a bandeira. Com ela alvorada ordenei que o alferes lhe fizesse as cortesias e para que ficassem mais satisfeitos do meu agasalhado lhe dei um banquete, no mesmo dia, para o qual convidei também o padre Comissário das cristandades, outros padres e o tenente general. Saíram depois vestidos com uma gala que lhes dei [...]; eles me trouxeram tão bem seus presentes de porcos, arroz, patacas e legumes que mandei dar à infantaria, por via do feitor.

Carta de Coelho Guerreiro, 1702 (adaptada)

DOC. 7 ↑

Receção do governador de Timor ao imperador do Servião, em 1702

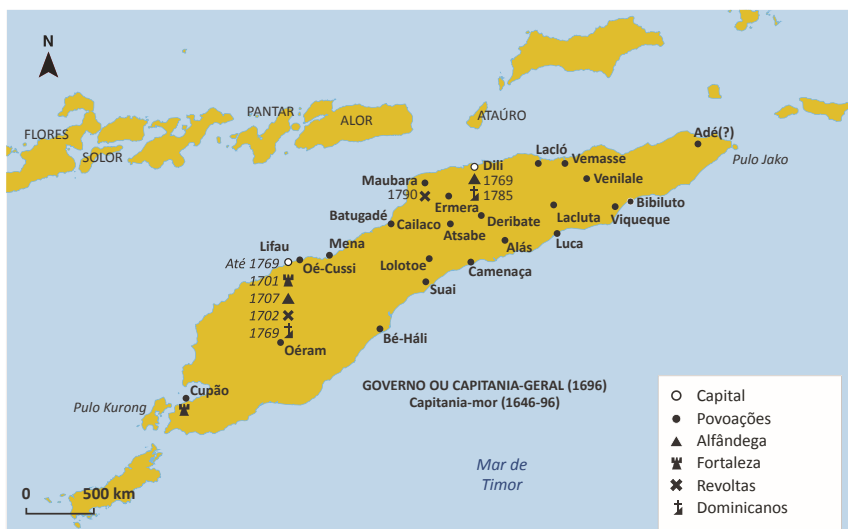
Atividade

Explica o significado político da cerimónia descrita no documento.

A administração central era muito simples, com um corpo de funcionários muito reduzido e o português a servir de língua administrativa. O governador criou os lugares de secretário de governo, o de juiz ou ouvidor e o de escrivão de matrícula dos militares. Para todos os cargos redigiu os respetivos regimentos. A maior parte das funções eram desempenhadas por topasses; a população portuguesa era em pequeno número e quase só reduzida a **degredados**, da Índia ou de Macau, e a alguns moradores desta última. Foi ainda Coelho Guerreiro quem elaborou o primeiro orçamento do território. Na administração local, manteve a organização tradicional. Os chefes timorenses contribuíam para a sustentação do aparelho do Estado no território, com o pagamento de um tributo, acordado entre os reis e o governador, pago em sândalo, ouro e cera. Entre 1710 e 1714, foi regulamentado este imposto coletivo, a **finta**. As fintas foram assimiladas à tradição timorense, em que o tributo às autoridades era uma prestação semirreligiosa, com um significado de fraternidade e comunhão ritual.

Os encargos dos reinos tomaram uma feição nova na segunda metade do século XVIII, com a aplicação das teorias do despotismo esclarecido. Esta defendia uma maior coesão entre as diversas partes do império e subordinava a vida política e económica dos territórios ultramarinos aos interesses e necessidades da metrópole.

Foram fruto desta orientação as instruções entregues ao governador João Batista Vieira Godinho (1785-1788) para o exercício do seu cargo. De Goa, recomendavam-lhe um bom entendimento e moderação nas relações com os missionários e com os povos locais, para com os poucos portugueses residentes e vigilância sobre as ambições comerciais de franceses e holandeses. Vieira Godinho correspondeu com a reorganização das alfândegas, o que proporcionou uma base financeira estável e com a criação do “Cofre do Giro”, espécie de banco de crédito para suporte do comércio, sustentado por Macau; Timor, pagava o débito em sândalo.



← **DOC. 8**
Capitania-geral de Timor no final do século XVIII

Atividade

Recorrendo à informação do mapa e ao que estudaste, elabora um pequeno texto explicativo da situação política de Timor, no século XVIII.

2.3. A integração das autoridades nativas na estrutura administrativa portuguesa

A adoção do regime de governo-geral introduziu uma mais clara definição do papel dos reinos relacionados com Portugal e da sua subordinação à soberania portuguesa.

Coelho Guerreiro estabeleceu um modelo de relações com os chefes indígenas (**Doc. 7**) que se tornou no principal suporte da presença portuguesa na região.

Os chefes e nobres tribais mantiveram a categoria de *dato*, o título tradicional e, quando tal se revelava adequado, foram-lhes atribuídas patentes de oficial. Nesta militarização das estruturas ancestrais de Timor, os reis recebiam a patente de coronel, os *datos* a de major ou sargento-mor, os timungões, a de capitão. Os filhos dos liurais eram tenentes-coronéis e, no topo da escala, o imperador de Servião tinha a patente de brigadeiro.

O comandante dos “arraiais”, as colunas de tropas indígenas, fornecidas pelos diversos reinos, em número estabelecido proporcional à sua importância, tinha o título de tenente general.

Os capitães-mores, responsáveis por cada uma das circunscrições em que Portugal dividia o território timorense, eram escolhidos entre os liurais. Cada um podia ter um auxiliar superior, também nativo. Eram ambos providos no cargo pelo governador, e nenhum deles recebia pagamento.

Neste território ainda indistinto, apesar de acordos de divisão, negociados com a Companhia das Índias Orientais Holandesas, em 1661 (**Doc. 8**), havia os capitães-mores de Larantuca e outros reinos das Flores, e os das duas províncias, Servião e Belos.

Atividades

1. Recorrendo à imagem, ao texto e à memória oral da tua região, redige uma pequena composição sobre o significado histórico da atividade guerreira em Timor no período em estudo.
2. Observa a imagem e identifica elementos distintivos guerreiros conservados na tradição timorense.



Nos reinos, os liurais (todos nivelados, apesar das prerrogativas iniciais concedidas a alguns), eram eleitos segundo os preceitos tradicionais mas empossados pelo governador, representante do rei de Portugal, que lhes entregava a carta-patente comprovativa da mercê recebida. Aconteceu, também, estes chefes serem integrados nas fileiras da nobreza portuguesa. Assim, em 1691, foi concedido o foro de fidalgo e o hábito da Ordem de Cristo, com a respetiva **tença** ao então capitão-mor das ilhas de Solor e Timor, António Hornay; o mesmo aconteceu, em 1743, com Gaspar da Costa.

Tença

Pensão concedida pela Coroa a um súbdito, a título de recompensa por serviços prestados.

Timor tinha uma tradição guerreira muito viva (**Doc. 9**) e os reinos regiam-se por um código ancestral que regulava práticas religiosas e a aplicação da justiça. Muitas vezes este, conhecido como estilos, chocava com a doutrina cristã e com a legislação portuguesa em matéria criminal. Os estilos admitiam a pena capital, a redução à escravatura dos guerreiros vencidos e de condenados por outros crimes graves. Em especial, como outros povos da região, praticava-se um ritual de corte de cabeças. Esses troféus de guerra eram demonstrativos da superioridade sobre o inimigo (**Doc.10**). Nas relações com os portugueses persistiram as formas ancestrais de origem animista, ligadas ao espírito de unidade guerreira e propiciadoras de vitória.

A estratégia política de Portugal foi apoiar-se sempre em reinos fiéis que, constituídos de forma variável segundo circunstâncias de momento, combatiam como “partido real” contra os “alevantados”, também federados circunstanciais e, muitas vezes, apoiados pelos holandeses. Neste quadro, a história de Timor, entre meados do século XVII e o primeiro quartel do século



← DOC. 10

Representação da batalha de Cailaco

Atividade

Descreve a cena de guerra reproduzida na imagem.

XIX, foi um contínuo de rebeliões que assumiram contornos de guerras civis, porque o grosso das tropas dos dois lados eram timorenses.

Desencadearam-se pelas mais variadas razões, desde resistência religiosa a resistência política e fiscal. Foram do primeiro tipo, as conspirações articuladas em torno de um pacto de sangue firmado em Camenaça, em 1719, que consistiu numa reação do animismo tradicional contra o cristianismo, ou a “guerra dos doidos”, em 1781, que patenteou divergências doutrinárias com os dominicanos. Foi de resistência fiscal e política, o mais sério conflito nos Belos, a Guerra de Cailaco (1725-1726), que envolveu uma poderosa coligação de reinos.

Esta campanha memorável (**Doc. 10**) é considerada por alguns estudiosos como uma antecipação das futuras rebeliões de inspiração anticolonial. Mesmo depois de concertada a paz, a agitação continuou na região, até 1731, ou até muito mais tarde. Para alguns, Cailaco faz parte de uma prolongada e persistente revolta que decorreu entre 1719 e 1769.

No Servião, sempre mais belicoso, a conversão ao calvinismo do Senobai e do rei de Anacono, em 1759, foi uma ameaça para a presença portuguesa na zona. As rebeliões que se seguiram forçaram a deslocação, em 1769, da capital de Lifau para Díli, proporcionando um novo centro de gravidade político a Timor, no lado oriental da ilha. No Servião, apenas Oécussi permaneceu sob suserania portuguesa, mas com grande autonomia e sem sujeição à finta. Ficou apenas ligado à capitania-geral de Timor por uma alfândega e pela obrigação do envio das tropas, a pedido do governador.



Atividade

Analisa a situação de Timor, relativamente às rotas identificadas no mapa.

3. As reformas económicas no início do século XIX

Quando Napoleão Bonaparte estendeu a guerra de conquista a toda a Europa, o Reino de Portugal foi invadido pelos exércitos franceses e o príncipe-regente, futuro D. João VI, assinou, no Brasil, um tratado de comércio com a Inglaterra que abriu os portos brasileiros à marinha e aos comerciantes ingleses. Este tratado, que garantia a ajuda militar inglesa, terminou, de facto, com o regime de exclusivo colonial mercantilista. Uma outra consequência da estada da corte no Brasil foi a valorização da então colónia portuguesa. Conjugada com o exemplo da revolução americana e a divulgação dos princípios revolucionários do Estado-nação, conduziu, em 1822, à proclamação de independência do então reino do Brasil.

A abertura dos portos brasileiros não proporcionou de imediato um maior investimento nas possessões do Oriente, devido à ainda forte pressão da Companhia Holandesa das Índias Orientais e à da sua congénere inglesa. Mesmo assim, houve um esforço de intervenção em Timor, nas primeiras décadas do século XIX.



← DOC. 12

Navegadores e exploradores estrangeiros recebidos em Díli, em 1819?

Desembarque de Freycinet em Timor
por A.Péliion

Atividade

Escolhe duas das personagens retratadas e imagina o diálogo entre elas. Utiliza informação do documento 13.

Em 1811, era vice-rei da Índia o conde das Sarzedas. Interessado em reconstituir a documentação administrativa de Timor, desaparecida num incêndio, em 1799, entregou ao governador instruções detalhadas para recolha de informação sobre os assuntos de Solor, e sobre os habitantes de Timor e a sua organização tradicional. Simultaneamente, definia-lhe os princípios orientadores da sua ação para atalhar o estado de decadência em que se encontrava o território.

Sarzedas remetia para as dificuldades financeiras de Portugal e para a situação precária do arquipélago, apoiado há largas décadas por Macau e integrado na sua rede comercial (**Doc. 11**). Macau contribuía com um subsídio anual de 6000 patacas para a manutenção do arquipélago da Oceânia. O monopólio já terminara e o corte excessivo nas zonas litorais da ilha, a instabilidade no interior, dificultando o transporte até à costa, o contrabando, a concorrência de outras regiões produtoras e a insegurança marítima provocada pela pirataria, enfraqueceram o tráfico, reduziram os lucros e fizeram diminuir o interesse pelo produto.

Macau nem sempre cumpria com o pagamento do subsídio nem com o envio anual do “barco das vias” com as mercadorias estipuladas – roupas, ferragens, ouro fino, patacas e arroz – levando no regresso, além do sândalo, conchas de tartaruga, escravos e canela. A atividade comercial de Timor completava-se com um tráfico costeiro com as ilhas próximas, pouco significativo, e um outro considerável, com holandeses, chineses e macaçares. Era ilegal e sem benefício para a fazenda pública de Timor, pois consistia essencialmente em operações de contrabando de sândalo e de escravos, que se efetuavam em portos sem alfândegas, em troca de armas e munições.

“

Quando desembarquei, o governador estava lá rodeado do seu estado-maior. Conduziu-me pela mão e partilhou comigo a sombra de um enorme guarda sol [...]. Entrámos no palácio, que estava artisticamente ornado de folhagem e de flores e atravessámos primeiro, ao som de música, um grande espaço com plantas e todo rodeado de jardins. A tropa formava em guarda de honra. As senhoras, já reunidas no palácio, vieram acolher-me ao fundo das escadas. São todas filhas de reis, que casaram com oficiais portugueses.

Rose de Freycinet, *Diário de bordo* (adaptado)

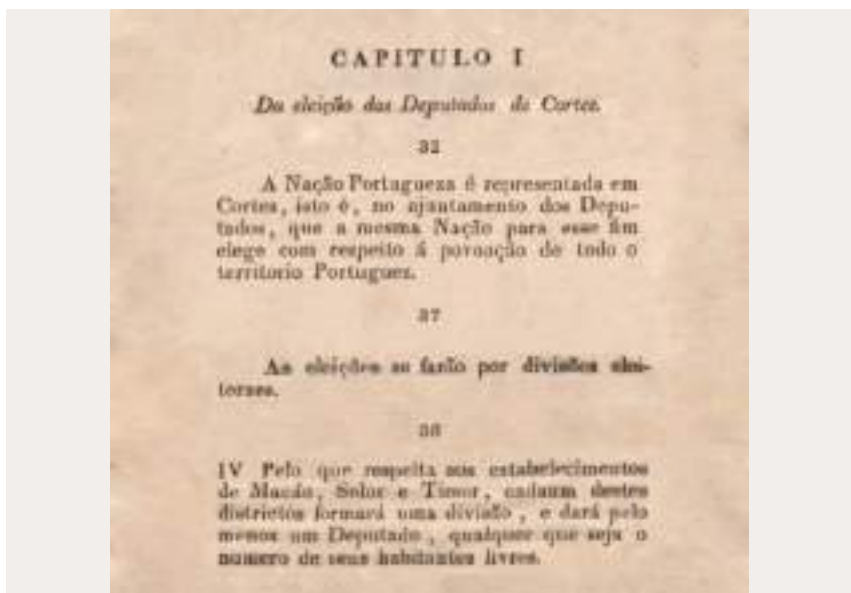
DOC. 13 ↑
Uma presença feminina numa expedição científica acolhida em Díli, em 1818

Macaçares e outros dependentes da Holanda, assim como comerciantes chineses, encarregavam-se informalmente do fornecimento a Timor dos produtos e mercadorias que lhe eram necessários. As transações comerciais correntes faziam-se por troca direta e a avaliação das mercadorias era realizada em pardaus locais, uma moeda de conta. Só o comércio com os estrangeiros envolvia maior recurso à moeda, que podia ser a pataca espanhola de Macau ou a rupia holandesa.

Nas circunstâncias descritas, urgia encontrar novos recursos e a independência do Brasil facilitou a recuperação de projetos antigos que se apresentavam atrativos para o comércio com a metrópole. Foi assim que, com a introdução da cultura do café, da cana-de-açúcar e da mandioca, o governador Pinto Alcoforado (1815-1819) encetou o processo de transformação de Timor, de um estabelecimento predominantemente mercantil para uma colónia de plantação.

Alcoforado iniciou a pesquisa de ouro nos aluviões, montou um engenho de aguardente de cana e protegeu a manufatura de têxteis algodoeiros indígenas. Esta ação desenvolvimentista, foi corroborada pelo ouvidor de Macau, Miguel Arriaga, que pugnou pela intensificação do cultivo do algodão, pela criação de sociedades comerciais que dispensassem a presença dos comerciantes estrangeiros, pela ligação direta a Macau, sem escala por Goa. O governador Matos Góis (1820-1832) promoveu a cultura do café e retomou a pesquisa mineira (ouro, cobre, petróleo) e a da extração do sal, a única exploração com resultados positivos, na época.

Foi no governo de Alcoforado que Portugal perdeu Atapupo (1818), para a Holanda, mas os beneficiários foram os interesses chineses na localidade. O governador português tentou resolver o caso diplomaticamente, mas a Coroa não achou oportuno reacender conflitos com os holandeses. O conhecimento desta derrota suscitou emoção patriótica em Goa, onde se chegou a organizar o “Batalhão Defensores de Timor”.



← DOC. 14

Das Cortes e da representação de Timor na Constituição de 1822 (adaptado)

Atividade

Justifica a importância das assembleias de deputados nos regimes constitucionais.

4. Timor e o mundo exterior

Nestas primeiras décadas do século XIX, Timor fazia parte da rota de Macau e do império chinês e, como tal, foi demandado por comerciantes europeus e norteamericanos. Igualmente, pela sua posição estratégica e os seus recursos, interessou a exploradores e viajantes (**Docs .12 e 13**). Alguns deles deixaram sugestivas descrições da vida social da ilha (**Doc. 13**), e dos seus habitantes que, por vezes, retrataram. Foram os casos da monografia de Timor, escrita em 1772, pelo vice-almirante francês de Rosily, e dos relatos e desenhos que resultaram da missão científica do navio *L'Uranie* à volta do mundo. Nesta participou Rose Freycinet, que acompanhou, clandestinamente, o seu marido, o comandante da expedição. Tornou-se, assim, a primeira mulher conhecida a dar a volta ao mundo.

Entretanto, acontecimentos decisivos sucederam-se em Portugal continental. A revolução liberal de 1820 instaurou a Monarquia Constitucional. Na *Constituição de 1822*, a Nação Portuguesa era definida como a união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios. Incluía nos territórios da Ásia os “estabelecimentos” das ilhas de Solor e Timor. A *Carta Constitucional de 1826*, que vigorou até 1910, usou idêntica formulação indicativa de superficial implantação territorial. Timor e Macau eram territórios com autonomia e vocacionados para a atividade mercantil.

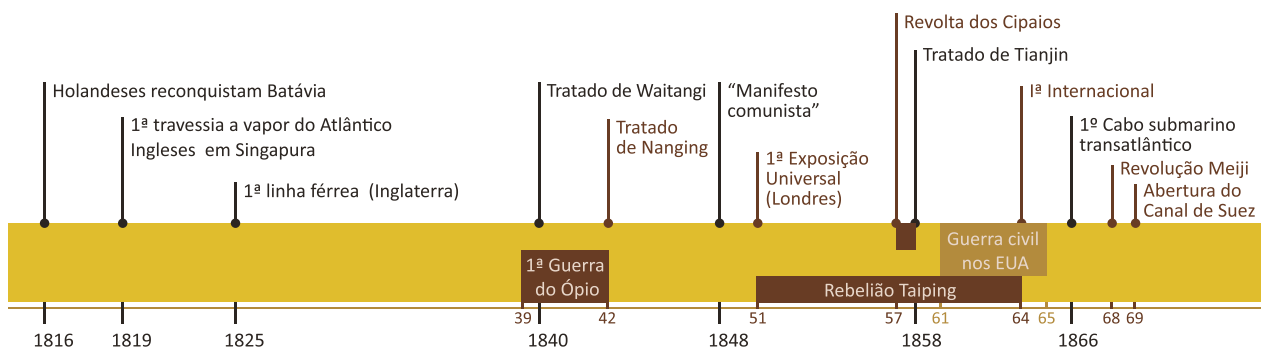
À ordem do governo da Índia, “autoridades e mais pessoas de Timor” juraram os dois textos constitucionais; no parlamento de Lisboa, os habitantes de Timor e de Macau, eram representados por um deputado comum (**Doc. 14**), quase sempre alguém residente na Europa.

UNIDADE TEMÁTICA 5

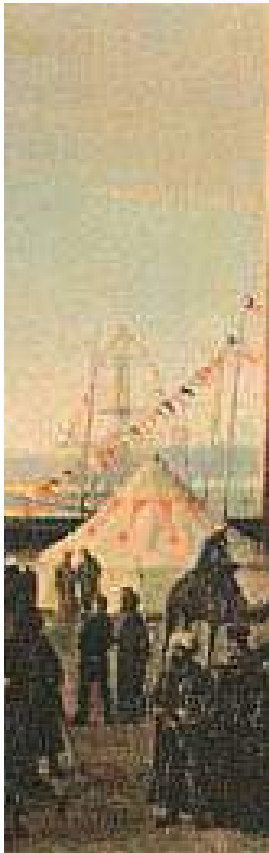
5

EXPANSÃO DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL E IMPERIALISMOS

(dos inícios do século XIX até cerca de 1920)



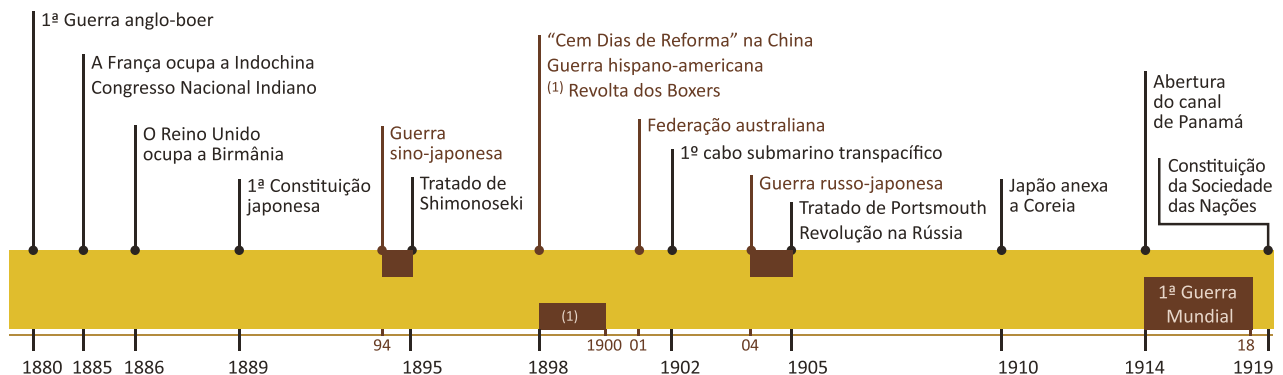
Hegemonia europeia e embates imperialistas



METAS DE APRENDIZAGEM

O aluno:

- Interpreta o conteúdo de documentos relativos aos assuntos em análise.
- Localiza, no tempo e no espaço, os eventos estudados.
- Explica a importância da revolução dos transportes, das dinâmicas comerciais e das estratégias financeiras como instrumentos de globalização da economia.
- Identifica os condicionais responsáveis pelas correntes migratórias intercontinentais, destacando regiões de origem e de acolhimento.
- Relaciona o movimento sindical e a difusão da ideologia socialista no mundo ocidental, com as transformações sociais e a evolução da economia capitalista.
- Identifica as condições que garantiram a supremacia britânica no século XIX e asseguraram a afirmação de novas potências no quadro da expansão da civilização industrial.
- Justifica as diferentes evoluções da China e do Japão perante a política livre-cambista das potências industrializadas.
- Caracteriza as formas de implantação colonial das potências ocidentais, identificando as situações de dependência impostas às populações asiáticas, oceânicas e africanas.
- Discute a viabilidade de funcionamento democrático de uma instância de arbitragem internacional num mundo de tensões imperialistas.
- Valoriza as transformações que permitiram uma maior participação dos cidadãos na vida política, em algumas regiões do globo.
- Explica as condições que permitiram avanços científicos e permutas no campo cultural.



Hegemonia europeia e embates imperialistas

Indicadores económicos dos principais países industrializados europeus

DOC. 1 →

Produção de hulha (em milhares de toneladas)

DOC. 2 →

Potência das máquinas a vapor (em milhares de c/v)

País	1820-1824	1850-1854	1870-1874
Alemanha	1 200	9 200	41 400
França	1 100	5 300	15 400
Reino Unido	17 700	50 200	123 200

País	1840	1850	1860	1870	1880	1888
Alemanha	20	40	200	900	1680	2000
França	34	67	178	336	544	796
Reino Unido	350	500	700	900	2000	2200

Atividade

A partir dos dados das tabelas (Docs. 1 e 2), indica o período em que o Reino Unido manteve claramente a sua supremacia. Justifica a tua resposta.

Hulha

Carvão mineral. Do séc. XIX até c. de 1913, 85,5% da energia consumida mundialmente provinha do carvão

c/v

Cavalo-vapor: unidade de medida equivalente à potência necessária para levantar um peso de 75 Kg, a 1m de altura, num segundo.

1. Consolidação da revolução industrial: instrumentos de integração económica mundial; transformações sociais no mundo ocidental; migrações intercontinentais

1.1. O alargamento da industrialização

Durante o século XVIII, diversas regiões do mundo apresentavam um desenvolvimento demográfico e económico significativo. Porém, a partir de finais do século, uma dessas regiões, a Europa, iniciou um ritmo de crescimento mais acelerado. A mudança, liderada pelo Reino Unido e designada pela expressão “revolução industrial”, originou, a partir do século XIX, profundas divisões entre as sociedades industrializadas e as sociedades de economia pré-industrial, em que a agricultura tradicional continuava predominante. O século XIX foi, por isso, a época em que a Europa dominou o mundo e o Reino Unido foi a principal potência.

O pioneirismo da Inglaterra na revolução industrial teve por base um conjunto de condições favoráveis, reunidas perto de 1780, podendo destacar-se: aumento de recursos alimentares para a sua população, resultante da modernização da agricultura; recursos energéticos, inovação técnica e fácil acesso a matérias-primas; acumulação de capitais proveniente do comércio colonial; elevada escolaridade da sua população.

Numa primeira fase, ainda no séc. XVIII, além das fontes de energia tradicionais, a animal e a hidráulica, passou a usar-se uma nova forma de energia, o vapor, produzida a partir do carvão. Aplicaram-se novos inventos à indústria têxtil e desenvolveu-se a metalurgia – ferro fundido e aço. Outros países europeus iniciaram no século XIX a sua modernização, mas cerca de 1840, apenas a economia inglesa se podia considerar verdadeiramente industrializada (**Docs. 1 e 2**).

A partir da segunda metade do século XIX, o processo de industrialização tornou-se mais rápido e complexo, entrando-se numa nova fase de modernização, por vezes designada como “segunda revolução industrial”.